



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (05/07) a Quinta-feira (11/07)

Manchetes

Estadão: Procuradoria reitera pedido para que Justiça garanta funcionamento do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura

Ponte: Mães alertam sobre fim do Mecanismo de Combate à Tortura nos presídios: 'Vai morrer gente demais'

O Globo: Defensoria do Rio leva caso de presos que denunciaram tortura em quartel ao STF

Folha de S. Paulo: Rio teve mais de 1.000 ações policiais neste ano, mas apreendeu 150 armas

G1: MP recomenda reforço na segurança da Papuda; média é de 10 presos por agente penitenciário no DF

Pastoral Carcerária: Relatório de diligência da CDHM a Manaus faz 16 recomendações após massacre

Huffpost: Projeto de lei que obriga preso a pagar pela própria prisão é inviável, apontam especialistas

Síntese das notícias

Procuradoria reitera pedido para que Justiça garanta funcionamento do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura: O Ministério Público Federal (MPF), pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro, pediu à Justiça Federal que restitua os cargos em comissão reservados pela Lei 12.857/13 ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Por Decreto Presidencial de junho deste ano, os cargos foram suprimidos da estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e alocados no Ministério da Economia. O mesmo Decreto, de número 9.831/19, passou a exigir que os peritos já nomeados exerçam suas funções sem remuneração. As informações foram divulgadas pelo site da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro. Fonte: **Estadão. (10/07/2019)**

Mães alertam sobre fim do Mecanismo de Combate à Tortura nos presídios: 'Vai morrer gente demais': **Ponte** conversou com duas mães que lutam por melhores condições no sistema prisional de Ceará e Goiás, estados com mais torturas no país, para



mostrar a importância do Mecanismo. Há um mês, em 10 de junho, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) exonerou todos os peritos do Mecanismo de Combate à Tortura. O MNPCT é responsável por investigar violações de direitos humanos em locais de privação de liberdade, como penitenciárias, hospitais psiquiátricos e abrigos de idosos. As mães temem que, sem o Mecanismo, mais mortes podem acontecer. “Se com eles atuando já acontece tanta morte, tanta tortura, tanta agressão dentro dos presídios, tanto para menores de idade quanto para maiores, sem esse pessoal vão sumir pessoas. Vão ter mães que vão chorar e não vão ter um corpo para velar. Muito mais do /ue já tem. Sem o Mecanismo vai ser pior”, projetam. (11/07/2019)

Defensoria do Rio leva caso de presos que denunciaram tortura em quartel ao STF:

A Defensoria Pública do Rio levou o caso de presos que denunciaram uma sessão de tortura dentro de um quartel do Exército na Zona Oeste do Rio ao Supremo Tribunal Federal (STF). Defensores do Núcleo de Direitos Humanos entraram com um pedido de habeas corpus no STF para libertar um dos dez jovens que afirmam terem sido torturados dentro de uma "sala vermelha" na 1ª Divisão de Exército, na Vila Militar. O caso está prestes a completar um ano: os presos foram detidos durante uma operação do Exército no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio, em 20 de agosto do ano passado. No pedido de habeas corpus, os defensores alegam que a prisão em flagrante de Marcos Vinícius do Nascimento, um dos presos, é ilegal porque houve tortura no momento da detenção. Os dez homens tiveram a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva durante audiência de custódia e seguem presos desde então. Fonte: **O Globo**.

(11/07/2019)

Rio teve mais de 1.000 ações policiais neste ano, mas apreendeu 150 armas: A

polícia do Rio de Janeiro fez ao menos 1.148 ações nas ruas do estado no primeiro semestre deste ano, mas só apreendeu 153 armas nelas. É o que mostra um levantamento independente feito por um grupo de pesquisadores chamado Observatório da Segurança do RJ. As armas, principalmente os fuzis, são consideradas um dos pesadelos dos fluminenses. O Instituto Sou da Paz, que estuda o tema, defende que o modo mais efetivo de tirá-las das mãos de criminosos é com inteligência, e não operações: descobrir onde esses armamentos estão sendo desviados e fechar o foco do desvio. No ano passado, por exemplo, uma só ação de inteligência apreendeu mais de 40



fuzis. Uma outra achou mais de cem fuzis desmontados na casa de um amigo de Ronnie Lessa, suspeito de ter atirado na vereadora carioca Marielle Franco, relembra a socióloga Silvia Ramos, uma das coordenadoras do grupo de pesquisadores. Fonte: **Folha de S. Paulo.** (09/07/2019)

MP recomenda reforço na segurança da Papuda; média é de 10 presos por agente penitenciário no DF: Com uma média de um agente penitenciário para cada dez presos, o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, foi alvo de uma recomendação do Ministério Público (MPDFT). O documento, divulgado nessa segunda-feira (8), aponta um déficit de cerca de 1 mil servidores na segurança do presídio. A recomendação foi enviada ao governo do Distrito Federal e dá um prazo de 30 dias – até 25 de julho – para que o Executivo informe quais medidas serão adotadas para reforçar a equipe de servidores do presídio. Para o Ministério Público, o número reduzido de agentes penitenciários gera risco de rebeliões no sistema e de "danos graves e irreparáveis" à segurança pública. Fonte: **G1.** (09/07/2019)

Relatório de diligência da CDHM a Manaus faz 16 recomendações após massacre: Nos dias 6 e 7 de junho a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) fez diligência a Manaus para verificar a situação dos presídios daquela cidade. Os deputados fazem uma série de considerações e recomendações após a diligência. O documento considera que “a existência de facções criminosas não explica, por si só, a ocorrência de massacres de tal monta. A maior superlotação carcerária do Brasil, as condições insalubres a que são submetidos presos e visitantes, a terceira maior proporção de prisões provisórias, a ausência de trabalho, funcionários despreparados, a provável prática de tortura (considerando que não são permitidas conversas reservadas com os presos e que sequer a defensoria pública faz visitas regulares), esses fatores aumentam a pressão sobre a massa carcerária e favorecem o ambiente propício à ocorrência de massacres”. O relatório aponta também a ineficiência da gestão privada, apontando que os serviços prestados são altamente deficitários, mesmo com sete termos de ajustamento de conduta já realizados. “Seu custo é altíssimo, e ainda assim e fica evidente necessidade de mudança de modelo de gestão”. Fonte: **Pastoral Carcerária.** (03/07/2019)



Projeto de lei que obriga preso a pagar pela própria prisão é inviável, apontam especialistas: Prestes a ser votado no Senado, o projeto de lei que obriga o preso a pagar pelo custo da própria prisão é inviável e descolado da realidade do sistema prisional, na avaliação de especialistas. A proposta esbarra em uma série de barreiras da realidade do cárcere. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) de 2016 mostram que 75% dos encarcerados têm até o Ensino Fundamental completo, um indicador de baixa renda. "Nosso sistema penal é altamente seletivo. O perfil socioeconômico dos presos é de classe baixa e sem patrimônio. A esmagadora maioria das pessoas privadas de liberdade seria insolvente", afirmou à reportagem do **Huffpost** Renato de Vítto, ex-diretor do Depen. Somada à insuficiência financeira, está a precariedade do trabalho dentro do sistema prisional. Segundo dados do Depen de 2016, dos mais de 726 mil presos, apenas 95.919 pessoas trabalhavam, sendo 87% dentro dos presídios, em atividades de limpeza ou gestão. **(08/07/2019)**